PENETRAÇÃO CIVILIZADORA

FRANCISCO ALVES DE ANDRADE
Do Instituto do Ceará

As idéias contidas neste estudo dão a conhecer a preocupação do autor em suas atividades universitárias, empenhado em fundamentar o ensino no humanismo da formação brasileira.

Procura-se desenvolver e apresentar resultados de pesquisas em dois planos. No primeiro, dá-se a conhecer a fisionomia histórico-geográfica da formação brasileira. É este um pensamento induzido da temática que envolve a penetração brasileira em sua expansão civilizadora, com lastro nas sesmarias, no trabalho dos currais e do boi.

Mostra-se a importância do povoamento e da penetração pastoril, como se introduziu a semente pecuária em nosso país, como se expandiu e como se expressou na arborescência das resultantes estruturais da terra através da planta e do animal.

No segundo plano, volta-se para um conteúdo ideológico, que se oferece à guisa de *Reflexões sobre a Reforma Agrária.* Evidenciam-se os resultados comparativos no confronto da Reforma Agrária e Reforma Urbana; Socialismo no campo e Capitalismo na cidade; desentendimentos e limitações. Trata-se ainda das indicações preliminares à implantação da Reforma Agrária no Ceará. E, num contexto especial, cuida-se de apreciar as bacias de irrigação frente à Reforma Agrária no Nordeste. Finalmente, inclui-se no fecho das reflexões a necessidade de uma Fundação de apoio Universitário para o meio rural.

Chega-se à evidência de que a distribuição da terra e a distribuição do gado constituem aspectos da concreção que devem ser estudados analiticamente. Da exploração da gleba

pelo homem, através da planta e do animal, surgem resultados estruturais.

A organização da produção vegetal e da produção animal, conflitantes uma e outra exploração, constitui objetivo de zoneamento prioritário. Cumpre então indagar o que são terras de lavoura e terras próprias para a criação.

Já foi declarado que o "déficit" em produtos de origem animal é o que mais afeta os países subdesenvolvidos. E o Brasil tem condições de ser um país auto-suficiente em carne e em leite, mas de tornar-se um abastecedor de tais produtos no mundo, havendo espaços suficientes e ecológicos para a sua expansão.

Debates sobre a produção animal *versus* produção vegetal no Brasil têm surgido por força de preconceitos, condenando-se sem um melhor exame a alternativa deste ou daquele outro ramo de atividade, neste ou naquele espaço agrário compatível.

No Nordeste, sobretudo, um posicionamento, seja de expansão ou de recuperação da pecuária tem a sua razão de ser, mormente após as grandes secas, quando uma Região fundamentalmente pastoril, perdeu a vertente de sua produção animal.

O problema não pode ser tratado sob preconceito fundiário de mais espaço para a lavoura de subsistência ou apenas de poupança de calorias mediante reservas de terras para a alimentação do homem, porquanto, carne e leite são também alimentos de primeira ordem.

Há que considerar o aspecto ecológico, a potencialidade e condicionamento para o criatório e a mudança em busca de novos modelos de criar. Eis que é preciso racionalizar o pastoreio, evitar o superpastejo, propiciar a genética, incutir os novos métodos de reprodução e de manejos dos pastos, não com pressupostos de uma pecuária estática, mas dinâmica.

Acrescente-se, porém, que no Nordeste o mundo agrário mediterrâneo é fundamentalmente pastoril. As condições de solos, de climas, de vegetação exibem uma natureza ambiencial mais própria para o criatório. A exploração predatória dos recursos naturais da região parece mais ativa na lavoura itinerante e extensiva que na pecuária, também extensiva, chegando ambas a se autolimitarem.

Em relação aos rebanhos, há um retardamento histórico do seu crescimento na Região. Há mais no Nordeste, a limitar o crescimento dos rebanhos o impacto das lavouras de exportação que, em tentativas de recuperação da economia agrária, se somam ao retardamento histórico das secas em seqüelas

acumuladas. Assim, precederam ao período de 1940/1980, entrecortado de secas (1942, 1951/52; 1958 e 1967; 1970 e 1979) as secas mais remotas de 1915, 1919 e 1932. Enquanto isso, aventura-se o agricultor arriscando o seu trabalho. Planta nos altos secos e nas terras baixas. Varia na complexidade as culturas, exercita-se nas atividades mistas de lavouras consorciadas e de criação de grandes e pequenos animais, mantendo o boi, a ovelha, a cabra e o porco ante as plantações obrigatórias e dificilmente cercadas.

Opera-se mais o retardamento em duas linhas do processo pioneiro: a) uma lavoura extensiva e itinerante, que veio a ocupar as áreas também extensivamente utilizadas desde a origem pela pecuária, autolimitando-se ambas as atividades; b) manejo inadequado do solo e das plantas por uma frágil tecnologia de baixa produtividade tanto da lavoura como da criação, ao alcance de uma comercialização cada vez mais abusiva dos direitos e recursos humanos.

No compleição histórico-geográfica do modelo colonial, firmou-se desde o início um modelo dualista de economia, fisionomicamente rural, que teceu os vigamentos da estrutura agrária brasileira e que se estende com resultantes até os nossos dias. Há que vislumbrar, como ensinam os geógrafos, notadamente NILO BERNARDES, dois domínios: a) um domínio periférico litorâneo — favorecido pela posição geográfica e melhores condições climáticas, este apoiado em faixas de lavoura monocultora; b) e um domínio mediterrâneo em áreas interiores mais distantes e mais difíceis — domínio do criatório extensivo com pequenas lavouras de subsistência — é o sertão predominantemente pastoril, que avulta e impressiona pela complexidade dos problemas de aproveitamento da terra, asperezas e vastidão.

O que impressiona é que o sertão pastoril veio até o mar e conseguiu impor-se paralelamente à agroindústria canavieira, quando implantou a agroindústria do charque junto aos centros salineiros abordáveis do Aracati cearense, de Mossoró e do Açu, no Rio Grande do Norte. A baixa pressão populacional do homem e dos gados, a lotação adequada por não superar os limites de pastejo exigidos, a abundância dos recursos naturais e a técnica rudimentar sem exigências de transformação tornaram o processo de exploração até então produtivo, enquanto o vasto espaço, constituindo as soltas, e a transumância eram frutos propícios a um sistema de custos mínimos e, por isso mesmo, viável. Daí o sucesso naqueles primórdios do modelo colonial.

Discutidos os antecedentes em que se tentou estudar a estrutura agrária resultante da ocupação da terra e sua utilização pela planta e pelo animal, conforme o dualismo da lavoura e da criação, é possível induzir interessantes conclusões referentes a Fisionomia Histórico-Geográfica da Penetração Civilizadora e seu alcance no campo da Reforma Agrária.

AS SESMARIAS. OS CURRAIS. O BOI.

Denominamos fisionomia histórico-geográfica o conjunto qualificativo de fatores da formação nacional que, no caso brasileiro, notadamente no Nordeste, nos dão a conhecer a tradução cultural da penetração civilizadora de amplitude nacional e regional.

Ensina Raimundo Girão, em sua *Pequena História do Ceará*, que a Geografia ditou fortemente o sistema sócio-econômico cearense. A assertiva poderá estender-se em sua aplicação ao Nordeste todo.

A proeminência da ocupação e povoamento pelo pastoreio perfilhou-a Capistrano de Abreu em seu aprofundado estudo, *Capítulos de História Colonial*. A solução para interiorizar foi o gado vacum, "pois dispensava a proximidade da praia e a si próprio transportava às maiores distâncias com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias para o cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial" (*op. cit.*, p. 213).

Em outro tópico, assinala ainda a evidência: "o caráter salino do solo, a abundância dos pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum, que vivia solto o maior tempo." (*op. cit.*, p. 308).

A expansão teve o seu assentamento nas sesmarias, a sua organização nos currais que se tornaram fazendas, a sua instrumentalidade no boi, convergente à utilização dos recursos naturais. Toda a criatividade veio do homem sertanejo, produto da miscigenação e do conúbio com a terra numa oferenda de seiva.

O mais longínquo esteio protetor da organização colonial há sido mesmo o instituto das sesmarias, ato promulgado por Dom Fernando de Portugal, em 1375, em plena história medieval, obrigando a cultivar as terras incultas e devolutas. Em princípio, as terras não cultivadas tinham que ser repartidas. Os vadios e falsos mendigos eram presos e encaminhados aos campos de lavoura.

A Lei das sesmarias chegou ao Brasil já bastante deformada em seu espírito, de início, social, desde o remoto século XIV. Este sistema foi aplicado no Brasil, tendo vigência desde os primórdios da colonização, até os meados do século XIX.

A transposição do sistema poderá ser vista à luz dos antecedentes históricos e sociais, conforme ensina PAULO MARCADANTE em seus fundamentais estudos. (15)

1. *Importância do povoamento e a penetração pastoril*

A importância da expansão dos rebanhos no Brasil é vista inicialmente no impulso da ocupação da terra e em face da necessidade de ser a mesma explorada. A exploração do vasto continente interior somente começou a ser possível através do animal.

A pecuária, em nosso País, nasceu com a colonização, possibilitou a conquista e consolidou o povoamento. Assim, como assinala OLIVEIRA VIANA, o deslocamento para o interior, ao sul e ao norte, teve como objetivo a conquista da terra para a fundação de engenhos e currais.(1)

Firmou-se desde o início um modelo dualista de economia, tecendo os vigamentos da estrutura agrária brasileira, que persiste como resultante até os nossos dias. Vislumbramos, então, como ensinam os geógrafos: a) um domínio periférico litorâneo — favorecido pela posição geográfica e melhores condições climáticas, este apoiado em faixas de lavoura monocultoras; b) e um domínio mediterrâneo em áreas interiores mais distantes e mais difíceis (2) — domínio do criatório extensivo com pequenas lavouras de subsistência — é o sertão, predominantemente pastoril, que avulta em importância e impressiona pela complexidade dos problemas de aproveitamento da terra, asperezas e vastidão.

Eis que, considera o sociólogo, "o movimento pastoril é de uma intensidade muito maior e a sua área de irradiação é incomparavelmente muito mais ampla do que a irradiação agrícola. Pelas suas condições geográficas, topográficas e botânicas, o interior do nosso país, desde o norte até o sul, se presta, com efeito, otimamente para o estabelecimento da indústria pastoril. (1)

Nascida com a colonização, a pecuária veio de fora, é um recurso de transplantação, fato que define outras preocupações de ordem ecológica em relação aos animais, os processos ou técnicas de criação. Recorreremos numa visada aos antecedentes históricos.

Em geral, não possuía o Continente Americano os animais domésticos que hoje o enriquecem e povoam. Não existiam, nem mesmo em estado selvagem. Em sua famosa carta de 1.º de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha documenta a situação encontrada, registrando com espanto a inexistencia, à primeira vista, de lavoura e de criação: "eles não lavram, nem criam, nem há aqui nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra alimária que acostumada seja ao viver dos homens." (3)

2. *Introdução da Semente Pecuária no Brasil*

A respeito introduzimos aqui um tópico do bem elaborado estudo de RENATO BRAGA, inserto no Boletim da Sociedade Cearense de Agronomia, junho de 1965: (4)

"Não havia no Continente Americano as espécies domésticas da Eurásia, nem mesmo no Estado selvagem. Os ameríndios dependentes do búfalo e do caribu, que em manadas imensas pastavam nos vales do Mississipe ou do Mackenzie, jamais tentaram domesticá-los. A abundância desses ruminantes, que somavam milhões, talvez tenha sido a causa do desinteresse daqueles índios por tão fascinante experiência."

Eram raros os exemplos de domesticação na fauna da terra recém-descoberta. Nos altiplanos andinos, os incas apropriaram-se da lhama, da alpaca, da cobaia. As velhas civilizações da meseta mexicana tinham abelhas e perus. As formas domésticas do pato estendiam-se dos povos araucanos aos limites setentrionais das altas culturas do México. Essas domesticações, ou melhor, semidomesticações, não vincaram a paisagem humana com um traço substancial capaz de caracterizá-la. Nem mesmo a original domesticação peruana. Faltava ao quadro o gado propriamente dito."

"Ressalte-se que os aborígines, na sua quase totalidade, não haviam chegado à domesticação, preludiavam-na, todavia povoando as moradas de bichos do mato arrebatados aos ninhos, arrancados às mães ou pegados já grandes e submetidos ao amansamento. Entre eles havia os totêmicos, os produtores de adornos, os reservados às trocas. A maioria destinava-se ao recreio de seus possuidores."

"Quem visita uma aldeia selvagem — escreveu Couto Magalhães, — visita quase que um museu vivo de zoologia da região em que está a aldeia: araras, papagaios de todos os tamanhos e cores, macacos de diversas espécies, porcos, quatis, mutuns, veados, avestruzes, seriemas e até sucurujus, jibóias

e jacarés; eu tenho visto nessas aldeias onde são alimentados pelos selvagens com acurada paciência. Eram os mimbabos ou xerimbabos como os chamavam os nossos brasis da língua tupi. O gosto singular do índio pelos xerimbabos ia a tal ponto de tratá-los como irmãos." (4)

Este interessante tópico que o Professor de Zootecnia Geral da Escola de Agronomia do Ceará antologicamente escreveu é importante para firmar as mais longínquas origens da geografia do pastoreio no Brasil. Não estaria o índio, indagamos agora, no limiar da domesticação? Não revela assim o indígena a sua índole para o pastoreio nesse devaneio afetivo de capturar e amansar animais? Mais tarde veremos que de nômade ele se tornou pastor, vaqueiro, curador e tratador de rebanhos.

De onde veio o nosso gado? A princípio, expressa o expositor, da península ibérica, dos Açores e dos arquipélagos fronteiriços à África. Principalmente das Canárias e do Cabo Verde. Interpostas na linha da navegação atlântica entre a Ibéria e o Novo Mundo, mostra com acuidade o zootecnista que estas ilhas e lugares — eram como centros de aclimação. Eram viveiros de plantas, de sementes e animais, centros onde não só se reabasteciam as naus, mas de onde transplantavam para o Continente a instrumentalidade vital com que ocupar e explorar a terra nova, as técnicas rudimentares da lavoura e da criação, as atividades com que os colonizadores tornaram firme e definitiva a sua colonização que deu lugar à maior civilização nos trópicos.

Outra circunstância de relevo para a historiografia do pastoreio é o fato de Colombo, ao realizar a sua segunda viagem, haver trazido da Espanha um número embora limitado de vacas, ovelhas, galinhas e grande quantidade de sementes de árvores frutíferas. Também embarcou os primeiros equinos, comprados os cavalos em Sevilha e escolhidos entre os melhores. A boa vontade foi tolhida "por mãos gananciosas que os substituíram por outros de inferior qualidade na ocasião do embarque." (4) Ao passar pelas Canárias, foram colhidos alguns bezerros, cabras, ovelhas e oito porcas. Foram estes, certifica estudioso citado, os primeiros animais domésticos desembarcados no Novo Mundo, a 23 de novembro de 1493, em Espaniola, hoje Haiti.

A partir da conquista do México, o gado espalha-se nas Antilhas, chegando depois à América do Sul, do caribe aos pampas. Os portugueses seguiram-se aos espanhóis, sementando os primeiros animais europeus. Os de fácil condução, por porte reduzido, vinham com mais freqüência no bojo das

naus, notadamente para abastecimento da armada. Assim, o porco, além do mais, fazia a higiene das embarcações.

A estratégia política e a integração economica do território tem como ponto de partida as capitanias hereditárias, que iam disseminando o gado a título de oferenda aos chefes nativos, dotes e negócio de resgate. Assim, o gado menor, mais insistentemente depois o gado maior, bois, vacas e cavalos que lotaram e dominaram os sertões.

> "Tomé de Souza importou-os para a Bahia. A leva inicial, um novilho e quatro vacas, chegou a Salvador em 1549. Pastoreou a semente da governadoria-geral Pedro Gonçalves d'Alpedrinha, oficialmente o primeiro vaqueiro baiano. Pelo seu trabalho recebeu 333 réis em agosto do citado ano." (4)

Qual era a imagem do manejo do gado nos pontos geográficos de que procediam? O autor citado nos transmite o testemunho do que era às alturas do século XV, referindo-se ao relato de SCHASHEK, por ocasião das investidas oceânicas:

> "Na Espanha e em Portugal, o gado não fica perto das casas, pois seus donos lhe colocam um sinal e o largam nas selvas e desertos." "Aliás, esta maneira de criar não era peculiar à Ibéria. Criava-se assim à roda da bacia mediterrânea, onde a amenidade do clima não impunha alimentar e abrigar a reses por ocasião do frio hibernal. A população pecuária não possuía raças no sentido em que hoje empregamos essa palavra. Não havia nem mesmo a palavra raça. Havia variedades locais, nascidas sob o imperativo das condições mesológicas, quase sem intervenção modificadora do homem. Bois, ovelhas, cabras, porcos e aves viviam por assim dizer à lei da natureza, adequados mais ao meio geográfico do que a uma função econômica. Fugia à regra o cavalo, cujas nobres qualidades e o lugar que desempenhava junto à casta fidalgo-militar, cercavam-no de tratos desconhecidos das outras espécies domésticas e faziam-no um dos mais belos e melhores equinos da Europa." (4)

O certo porém é que o "pecus" parecia aos olhos do colonizador uma riqueza. Assim o declara de início Tomé de Souza em uma carta dirigida ao Rei de Portugal sobre a introdução do gado bovino no Brasil:

"Este ano, (1550), veio a esta cidade a caravela Galga De Vossa Alteza, com gado vacum que é a maior nobreza e fortuna que pode haver nestas partes, e eu mandei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado, para tornar aqui." (5)

Ora, se o gado era então considerado como a maior nobreza e fortuna para as terras brasileiras, certo é que ele foi e serviu de impulso à dinamização da riqueza, ainda que embora sejam omissos os cronistas sob muitos aspectos ou pormenores de sua introdução.

3. *A Expansão Pastoril*

A análise histórica evidencia que de três núcleos resultou a expansão pastoril:

a) O NÚCLEO DE SÃO VICENTE, iniciado em 1534, constituiu-se de diversas castas de gado procedentes do Cabo Verde, introduzidas por dona Ana Pimentel, consorte e procuradora de donatário da Capitania Martim Afonso de Sousa.

b) O NÚCLEO PERNAMBUCANO logo se formou no ano seguinte com reprodutores também oriundos da matriz anterior, levados por Duarte Coelho. Este núcleo juntamente com o da Bahia integram os recursos multiplicadores das fontes nordestinas.

c) O NÚCLEO BAIANO se constituiu a partir de 1549 pela iniciativa de Tomé de Souza, com reprodutores procedentes do Cabo Verde. Um pouco mais tarde, fez ele vir, da mesma procedência, os primeiros casais de ovinos, caprinos, suínos, equinos e assininos.

A pecuária implantou-se como indissoluvelmente ligada à lavoura e indústria canavieira. Todavia, a expansão de uma e outra não podia prosseguir sob regime extensivo, em campos abertos. Os estragos e invasões da gadaria motivaram conflitos, amiudando-se as desavenças, de tal modo a exigirem a intervenção da Coroa. A uma carta régia, datada de 1701, determinou o afastamento dos rebanhos para dez léguas, no mínimo, distantes da costa ou das imediações dos plantios.

O repelão dado aos criadores permitiu-lhes ocupar grandes extensões territoriais, institucionalizando-se o domínio mediterrâneo com as fazendas de criar. A expansão pastoril obedeceu aos seguintes princípios:

— A penetração do interior arrastou o homem para mais larga ocupação das terras; seu domínio e exploração não podia se fazer sem transportes e mantimentos, e o gado era tudo isso: era uma mercadoria que se transportava por si mesma; marchava abrindo caminhos;
— O povoamento não podia se radicar ao meio hostil e rude sem o pastoreio: a criação era a única indústria viável nos altos sertões, uma vez que a lavoura carecia de caminhos e estradas abertas, custando muito o transporte dos produtos da lavoura.
— a mineração e a própria atividade da lavoura e beneficiamento de produtos precisavam de animais, que eram supridos pelas fazendas do interior. E a pecuária desenvolveu-se, tendo como seu mercado a indústria açucareira e a mineração.

3.1 *Períodos de Expansão*

Sem pretensões de contestar ou precisar momentos históricos, aceitaremos a divisão estabelecida pelo roteiro histórico como característica da expansão: (6, 13)

1.° — *Do Descobrimento do Brasil até o Ano de 1600*

Chamaremos a este — período de nucleamento. São importados os primeiros animais. São estabelecidos os primeiros contatos. Os cronistas registram a procedência das diferentes espécies oriundas da península ibérica e das ilhas situadas entre o antigo e o novo continente, como interessantes centros intermediários de aclimação:

No século XVI chegam os primeiros bovinos, eqüinos, suínos, ovinos e cabras. GABRIEL SOARES informa que na Capitania de São Vicente todos se abasteciam de vacas para criarem. FREI GASPAR relata que MARTIM AFONSO introduziu todas as espécies de animais domésticos, depois que foi a Piratinim e viu a bondade de seus campos para criarem gado vacum, cavalar, ovelhum. (6)

Vale salientar a preocupação do colonizador em introduzir espécies para a criação. A colonização inicia-se sob o regime das Capitanias Hereditárias. Implanta-se o binômio Lavoura e Criação — a primeira voltada para a exportação, a segunda para a conquista do meio interior. E se o criatório vem em segundo plano como valor monetário, terá papel preponderante na integração econômica de muito mais vastas áreas, consolidando o domínio nacional.

Criação arrasta o homem para os sertões ásperos, difíceis, distantes, e prelúdia a lavoura, que virá mais tarde com os caminhos, a densidade humana, as relações que se estabeleceram entre o litoral e os sertões.

2.º — *De 1600 a 1700*

Chamaremos a este período de — penetração e expansão propriamente dita. O ciclo do gado inicia-se no século XVI, nos primórdios da "civilização do couro", assim conceituada por ser o couro então o único artigo de exportação da pecuária, tornando-se por sua abundância, a matéria-prima dos artefatos. Esta particularidade foi assinalada pela argúcia de CAPISTRANO DE ABREU neste trecho que se tornou universal:

> "de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde as camas para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar a água, o mocó ou alforge para levar a comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa para entrar no mato, os bangues para curtume ou para apurar sal para os açudes o material de atêrro era levado em carros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz." (7)

Relata ANTONIL, em 1711, que os couros serviam para embrulhar rolos de tabaco, que eram embarcados para a metrópole, em remessas de 27.500 arrobas por ano. Além disso, eram embarcados do Brasil cerca de 110.000 meios de sola, estimados em 201.300$000. E como uma rês se vendia na Bahia por 4 a 5 mil réis, valendo um couro em cabelo 2$100, sucedia que o valor de um couro era 50% do valor da rês. Todo o açúcar era estimado em 2.535:142$800.

Quase todo o sertão da Bahia pertencia então a duas principais famílias da mesma cidade. À da Casa da Torre e à dos descendentes de Antônio Guedes de Brito. "Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo Rio São Francisco acima, à mão direita, indo para o Sul; e indo do dito rio para o norte, chega a oitenta léguas. E os herdeiros do Mestre de Campos Antonio Guedes possuem, desde o morro dos Chapeos até à nascença do Rio das Velhas, cento e sessenta léguas." (8)

As Ávilas, informa URBINO VIANA, conquistam a margem direita do São Francisco, vão até Salitre e passam-se para a esquerda, seguindo até o Maranhão e o Piauí. Seus associados colonizam o Canindé, rasgam vias de comunicação com Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Os sucessores dos Guedes de Brito rumam para a direita, das nascentes do Paraguassu até o Pardo e Gurutuba. (9)

A área pastoril do Nordeste, a primeira a ser povoada, abastece a zona canavieira, fornecendo-lhe carne e animais de transporte e trabalho, especialmente aos engenhos. O ciclo do gado assume o seu esplendor na era das charqueadas, quando os rebanhos aumentam rapidamente. A pecuária valoriza-se como nutriente.

Subsidiária dos engenhos, ela sustenta as zonas mineradoras. Em vista do ouro, o gado ligou pelas boiadas e tropas o norte ao sul. O rio São Francisco, centro dinâmico da irradiação espacial dá com que ela realize, na expressão de SODRÉ, "a segunda dimensão da terra brasileira". (10) Deu mais ainda, do homem colonial ao dos nossos dias, "a noção do valor econômico das áreas que não apresentam riquezas minerais, ou que não se prestem à lavoura comercial". (10)

Posto que obscura e confusa a história da expansão pastoril, BASILO de MAGALHÃES fixa o período mais importante da expansão pastoril entre 1590 e 1690. Se parece verdadeira a indicação, do ponto de vista do povoamento, tal não ocorre do ponto de vista da integração econômica. Assim, ousaremos deslocar o mais importante da expansão para o século XVIII.

Em documentado estudo — "Um capítulo esquecido da Economia Pastoril do Nordeste", RENATO BRAGA situa o problema histórico-geográfico: (4)

> "O período áureo da pecuária nordestina estadeia-se no século 18, quando flui generosamente a fonte das concessões territoriais e ultima-se o povoamento, graças ao boi, cujo passo tardo mas persistente conquista as caatingas e o tapuio bravo, acolchetando economicamente, aqui como alhures, o sertão aos núcleos consumidores da periferia açucareira e do centro minerador.

Nesse ambiente pastoril a vida girava em torno do comércio de gado em pé para Pernambuco, Bahia, Minas Gerais. Gozavam de preferência as boiadas do interior, porque as das fazendas litorâneas ou dos tabuleiros adjacentes, menores de porte, menos resistentes, de cascos mais fracos, estropiam-se

na longura dos caminhos, dificilmente chegavam aos mercados distantes.

Absorviam os bovinos do Rio Grande do Norte as capitanias próximas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, porém, as manadas cearenses da beirada atlântica tinham consumo restrito e pouca probabilidade para dilatá-lo.

> "Um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica de preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores. A idéia dominou o litoral pastoril que, além da matéria-prima abundante, possuía outros fatores locais asseguradores de êxito: vento constante, a baixa umidade do ar favorável à secagem e duração do produto, existência de sal, cuja importância se não precisa destacar, barras accessiveis e cabotagem da época."

É de relevo notar três aspectos ou tônicas que revelam desenvolvimento econômico da indústria animal em tão remotos tempos coloniais: a) charqueadas marcam o encontro do homem da marinha com os homens do sertão; b) contribuem com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado com as divisas de sua própria indústria; c) abrem caminho às importações.

Diz o autor citado que Aracati dominava o Ceará econômica e socialmente. "Importava mais de 600 mil cruzados e as exportações caminhavam perto do dobro, oriundas, quase todas, de carnes e de couros. Casas comerciais existiam com capital superior a cem mil cruzados. Milhares de cavalgaduras e perto de dois mil carros de bois asseguravam as comunicações desse empório dos sertões. O fato teve profunda repercussão no País, pois foi o cearense José Pinto Martins, filho do Aracati, quem em 1780, fundou em Pelotas a primeira charqueada, considerado que é o fundador da indústria do charque no Rio Grande do Sul. Assim, com o tão bem documentou o autor citado, "o tristonho e amanhado litoral, do Parnaíba ao Açu, criou alento com o escambo das carnes, regularizando-se a navegação, e ao invés de trocas esporádicas, nasceram transações permanentes que se prenderam às praças de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará."

No começo do século 18, era o rebanho da Bahia estimado por Antonil em 500.000 cabeças e o de Pernambuco em 800.000. O índio, de índole nômade, não se agüentou na la-

voura, mas adaptou-se bem à pecuária, de feição livre e intinerante. (11)

A indústria de carnes no Brasil emigra do Ceará e firma-se definitivamente, a partir de 1780 no Rio Grande do Sul. Refere Simonsen que Domingos Mafrense, apelidado Domingos Sertão, deixou fundadas no Piauí 39 fazendas. Domingos Jorge Velho introduziu na Paraíba o gado do São Francisco. Outros paulistas levaram a pecuária a Goiás e a Mato Grosso. As secas de 1777-1778 e 1791-1793 arruinaram a pecuária no Ceará e em geral no Nordeste, marcando a decadência da região como produtora de carnes.

3.º — *De 1800 a 1900*

Podemos chamar este período — das primeiras preocupações zootécnicas. No século XIX surge a Zootecnia como ciência independente, deixando de ser uma simples arte, para tornar-se verdadeira ciência aplicada. Começa-se a cuidar no melhoramento animal mediante a introdução de novas raças, a partir de eqüinos. Caldeira Brandt levou raças finas para a Bahia em 1804. Em São Paulo e em Minas Gerais, foram criadas coudelarias para o melhoramento de eqüinos. Em 1821, a Princesa D. Leopoldina solicitava cavalos transilvanos para o melhoramento no Brasil. Os primeiros zebuínos de raça Malabar foram introduzidos na Bahia no século XIX, bem assim reprodutores turinos. Deve-se ao Barão de Duas Barras a introdução do primeiro touro Guzerá antes de 1870. Em 1866 chegou a Uberaba o primeiro touro zebuíno, levado por Manuel Borges Araújo. Em 1878 Lengruber fez importar da Índia os primeiros Nelores. Em 1890, foi importado para o Brasil o primeiro touro de raça Gir. (12)

O século XIX foi denominado no Brasil o século das feiras de gado. O cronista mais fértil em informações sobre a pecuária nos começos do século XIX parece ser Saint-Hilaire. Ele certifica da superioridade dos sertões mineiros para o criatório. Todavia considera baixíssima a produtividade existente. Na sua opinião, os fazendeiros não podiam descartar mais da 10.ª parte do rebanho e não lucravam 10% dos capitais investidos na pecuária.

Com a vinda de Dom João VI foram importados alguns exemplares de equinos Alter e criadas as Coudelarias de Cachoeira de Campos, centro pioneiro, núcleo que veio mais tarde favorecer a formação das raças Mangalarga e Campolina. Em

1821, D. Pedro I concedeu a Jorge March isenção de impostos e aos importadores de animais da Europa, destinados ao melhoramento dos equinos nacionais. (13)

4.º — *A Partir de 1900*

É a partir deste século que o interesse dos poderes públicos se acentua em relação à pecuária brasileira. O século XIX viu multiplicar-se o número de propriedades rurais. As estradas surgem no século XX sob o influxo do automóvel e do caminhão montando trilhas mais abertas, inicialmente na pista das anteriores que o gado abriu no caminho dos rios e posteriormente buscaram novos roteiros, mais numerosos e mais densos. Em duas fases podemos dividir a expansão pecuária neste século:

a) Uma fase anterior à política de desenvolvimento econômico, compreendida até o ano de 1950. Organizam-se o Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura, adotando providências de fomento e extensão rural. É facilitada a importação de reprodutores e regulamentado o serviço de registro genealógico de animais. Estabelecem-se normas para a instalação de matadouros e frigoríficos. Instalam-se postos de monta e fazendas-modelo. Intensificam-se as importações de reprodutores das diferentes espécies domésticas, primeiramente animais de raças européias e depois reprodutores de raças zebuínas. Intensificam-se as exposições de pecuária em todo o país, fundam-se postos agropecuários e postos de zootécnicos com objetivos de fomento, e alguns, até de ensino e pesquisa zootécnica. São fundadas Escolas Superiores de Agricultura e de Agronomia. O Banco do Brasil, a partir de 1940, desenvolve a sua assistência financeira mediante a aplicação do crédito agropecuário. Com a criação do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, novos rumos são traçados à indústria animal brasileira. Pode-se dizer que a maior preocupação desta fase concentra-se no fator racial como elemento melhorador. Além disso, é implantado o serviço de assistência veterinária, inicia-se a inseminação artificial, organiza-se a experimentação zootécnica e um bom número de pesquisas vão criando campo para uma verdadeira doutrina científica necessária à produção animal no Brasil. É oportuno lembrar, em relação ao Nordeste, a ação pioneira do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a partir de 1909, que realizou a integração agronômica na execução nas obras contra as secas.

b) Uma fase de desenvolvimento econômico e social, que se segue à anterior. A expansão do mercado urbano transforma ou tende a transformar a economia pastoril. A vasta área de domínio mediterrâneo caminha para a integração na civilização urbano-industrial, ocorrendo aquela revolução alimentar em que assumem capital importância, na expressão de BERTHA BECKER, os produtos de origem animal. O consumo de carne por pessoa é índice expressivo do grau de desenvolvimento. A pecuária há que ser focalizada não mais como uma atividade extrativista ou predatória, mas como uma forma rentável da utilização do espaço agrícola. (14)

A Zootecnia, porém, gira em torno de produtividade do espaço agrícola. Advém o enfoque ecológico que se aduz ao econômico. Detentor de imenso rebanho bovino no mundo, superado apenas pelos Estados Unidos, e antes deste pela Índia, pela União Soviética, mas, considerado o maior país tropical do mundo, o Brasil tem ambiente não só favorável à atividade pecuária, mas dispõe do maior potencial de espaço e recursos naturais, desde o clima tropical ao temperado, possibilitando condições para os mais variados modelos de criação. Todavia, a utilização destes recursos se traduz por uma baixa produtividade física e econômica, o que constitui um desafio aos cientistas, técnicos e empresários. Pretende-se nesta fase dar resposta ao desafio em termos de uma zootecnia que considere não apenas o animal, mas os demais fatores da produção, recombinados em linha de otimização, por via de uma economia planejada e de uma política agrária compatível com os interesses do produtor, da comunidade e do país.

A partir da SUDENE, outras agências de desenvolvimento foram implantadas, as quais se empenham no esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, notadamente a produção animal.

4. *Resultantes Estruturais da Ocupação da Terra Pela Planta e Pelo Animal*

No início deste capítulo fez-se referência ao modelo dualista de economia agrária, característico da formação brasileira, visto em preliminar síntese histórica.

A expansão dos rebanhos no Brasil e especialmente no Nordeste muito contribuiu para formar uma estrutura agrária de base e fundamentação pastoril, cujos traços ainda persistem. Tal característica patenteia-se e pode ser mapeada de

modo a revelar no espaço geográfico o modelo de economia, evoluindo no tempo consoante as modalidades de exploração.

Ressaltam alguns tratadistas, economistas, sociólogos da nossa história, que a ocupação brasileira do território e sua colonização foram em sua origem um empreendimento de caráter agromercantil. Na época dos descobrimentos marítimos, coexistiam na Europa um sistema mercantilista em desenvolvimento e um sistema feudal em decomposição.

Dos estudos de MARCADANTE, focalizaremos a feição política que, antes de tudo, desde as Capitanias Hereditárias, desencadeou a colonização apoiada nas seguintes torres de ação.

Desta feição deriva mais tarde uma diferenciação de produtos, permanecendo, no fundo, as linhas dominantes. Assim, se o espaço periférico foi estruturado pelas faixas canavieira ou arrozeira, caucaeira, coqueirais do litoral oriental, o domínio mediterrâneo implantou-se com a pecuária ultra-extensiva que, no interior, preludiou a lavoura de exportação e de subsistência, progredindo a diferenciação com outras características da combinação sertaneja, zonas de transição, serras e brejos de altitude. Esta a visão que, em linhas gerais, nos oferece o geógrafo Nilo BERNARDES, Caio PRADO JÚNIOR, (15a) ressaltando que a ocupação territorial foi desde a origem um empreendimento agromercantil, nos oferece elementos para o esboço do diagrama e quadro em que vislumbramos o círculo vicioso do Latifúndio — Minifúndio, moldura do fácies social da América Latina, segundo Celso FURTADO. (15b) Isto posto, conforme aludida documentação:

— a mesma estrutura caracteriza-se — por um acentuado grau de concentração da propriedade fundiária. A utilização da terra não gira em função ou em benefício das pessoas que nela trabalham o campo.

— *Dualismo de base:*

a) de um lado, a exploração de um produto de alta expressão comercial, manejado pelo braço escravo;

b) produção de gêneros de subsistência feita por homens livres e escravos.

— *Política de organização:*

as terras somente seriam doadas ou concedidas aos que dispusessem de meio para explorá-las, de modo a produzir um excedente monetizável a ser parcialmente transferido para a Coroa.

— *Resultantes políticas:*

dependência, carências, debilidades

a) o setor principal de rendimento econômico — a empresa rural, é dependente do mercado externo; está sujeita às incertezas e oscilações de preços: *carência de base econômica*, embora, com base política; resultante: *a debilidade do latifúndio;*

b) o setor secundário da agricultura, a saber, a lavoura de subsistência, extremamente dependente do setor principal, isto é, dos detentores dos produtos exportáveis, em mãos dos grandes domínios; sofre da carência de base econômica e de base política; resultante: *debilidade congênita do minifúndio.*

— *Resultantes estruturais:*

tanto o latifúndio, como o minifúndio, em virtude de sua debilidade multiforme, não têm consistência, embora hajam persistido na estrutura agrária, passando a novos senhores, assim, observa-se:

a) *fragmentação da grande propriedade* frente à família numerosa e divisão da herança; impossibilidade econômica ou baixa produtividade resultante de fraca ou inadequada tecnologia; ou ainda, em virtude da pressão externa — preços e política agrícola e agrária, conflitantes com o interesse do produtor rural;

b) absorção ou açambarcamento do minifúndio que tende a ser reemparcelado ou açambarcado.

Círculo vicioso da ocupação: latifúndio - minifúndio —

o latifúndio e o minifúndio, irmãos siameses da estrutura agrária anacrônica, persistem, em sua improdutividade e capacidade ociosa.

A saída seria uma reforma agrária de conteúdo global, de sentido e conversão humanista, ecológica, brasileira, argamassada com espírito de nacionalidade.

Resultantes estruturais da ocupação da terra:

Do dualismo geográfico, econômico e social derivam resultantes ainda observadas na estrutura agrária existente.
Entre os fatores das estruturas das unidades agrícolas, avultam os da extensão ou espaço.

Com o atual propósito da Reforma Agrária abrem-se novos caminhos e novos fluxos da penetração civilizadora para o que se requer novos estudos de programação e planejamento firmados na fisionomia histórico-geográfica. É neste sentido que se pretende abordar o interesse da reforma à luz de algumas reflexões.

II. REFLEXÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Temos insistido em que a nossa Reforma Agrária é, antes de tudo, um problema de organização da vida rural. Organização com transformação de estrutura. Todavia, a carência de estudos de natureza experiencial recomenda uma certa prudência da parte dos audases reformadores, para que tudo se passe por seguros critérios, sem os conflitos de violência. E entre os pontos de insistência destacamos:

a) A Reforma Agrária deve ser considerada como destinada a realizar a distribuição real, não simplesmente da terra, mas do rendimento social agrícola entre os coparticipantes da produção;

b) deve considerar não apenas a atividade que se firma na relação terra-homem, mas deve intervir no secundário, isto é, na indústria e no terciário, isto é, comércio, educação popular e outros serviços, abrangendo assim, em alcance horizontal e vertical, as relações da empresa agrícola, de baixo para cima, de cima para baixo, da cidade para o campo e do campo para a cidade;

c) poderíamos então cuidar de, na medida de experiências sucessivas, aperfeiçoar a lei de modo que se possa, com justiça social, realizar a distribuição da renda entre setores e fatores da produção.

Para tudo isso há que preparar e mobilizar recursos humanos. Mas, que se passa? Ocorre que o Ministério da Agricul-

tura foi, desde muito, desativado afrontosamente, entregues ao abandono seus postos agropecuários, fazendas, campos de sementes, centros de treinamento, restando seus agrônomos e veterinários a penar, na amargura da burocracia, no interminável tempo de uma grande crise silenciosa...

Considere-se agora que o grande impacto da reforma é organizacional e técnico. Deixando o Ministério suas frentes executivas e passando à burocratização, forçoso é reconhecer a escassez até a inexistência de pessoal capacitado para a execução de inúmeras tarefas a serem realizadas nos diferentes projetos programados. A mobilização de técnicos mediante capacitação profissional a serviço do Ministério e Secretarias de Agricultura está na mira das mais graves preocupações.

Anuncia-se que em uma primeira leva de implantação das 385 propriedades rurais envolvidas em conflitos e tensão social, levantadas pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, para aplicar a etapa inicial da Reforma, 39 estão localizadas no Ceará, somando 2.099 famílias e 111.041 hectares para um total de 73.561 famílias e 3 milhões, 934 mil, 232 hectares em todo o Brasil. E o Ministro Nelson Ribeiro anuncia que vai logo intervir.

Para a implantação de um sistema do qual não se sabe qual seja o modelo, não há qualquer experiência que justifique tão antecipada entrega de títulos, sem que se selecione o camponês, nem se lhe dê assistência técnica e creditícia, deixando-o entregue à própria sorte. Deve-se ressaltar que este procedimento não constitui Reforma Agrária, quando muito ocorreria uma tentativa de reforma fundiária, deixando o novo proprietário ao nível de servo da gleba, como trabalhador braçal.

A lavoura de enxada permite ao agricultor dominar dois a três hectares de terra, quando muito. Conseqüentemente, em regime de tão baixa produtividade é impossível progredir em terras secas, crivadas de incertezas climáticas. Por isso mesmo, 93 por cento dos agricultores nordestinos em número de sua população ativa são trabalhadores de enxada. O recurso seria a pecuária extensiva arrimada nas culturas xerófilas, resistentes à seca, a que o nordestino ainda não se ajustou. Afora este remédio e em virtude da falta de assistência creditícia, resta ao parceleiro a fuga da atividade agropastoril.

A conclusão que daí se infere é que a racionalização do semi-árido requer assistência técnica, e está condicionada ao apoio de crédito, realizado através das cooperativas integrais de reforma agrária, devendo o pecuarista recorrer ao apoio de capineiras, favorecidas em parte pela irrigação ou ainda servido pelos pastos nativos melhorados.

1. *Reforma Agrária & Reforma Urbana*

Não se desceu ao fundo do poço no que tange a Reforma Agrária, nem se quis ver a sua horizontalidade na abrangência do seu conteúdo ou conexões. Reforma Agrária implica em reformas de estrutura, não havendo como fugir de uma visão globalizante.

Compreende-se como estrutura agrária o arcabouço da vida rural, manifesta nas relações de produção, integrando-se não só a posse e domínio da terra, mas a sua utilização, técnicas de produção e distribuição do seu rendimento, e ainda, outras manifestações expressas por determinadas formas da consciência social, refletindo assim características que tendem a cristalizar-se em instituições, dotadas de relativa estabilidade ou duração permanente.

As estruturas dos diferentes setores da atividade humana estão entre si vinculadas, havendo interdependência mútua, pois se constituem em bloco ou sistema social. Deste modo, não será possível a reforma de estrutura de um setor, sem que interfira nos demais para estabelecer a ordem ou equilíbrio. A insuficiência de um elo da cadeia parece resultar da insuficiência global do sistema.

Uma Reforma Agrária suscitará, por certo, uma Reforma Urbana. Cidade e campo são interconexos. O campo abastece a cidade e esta não só vende os seus produtos, como crescendo vai pelas imigrações demográficas. Requer-se o bem-estar e o desenvolvimento pacífico de ambos. Em tempos remotos o campo dominou a cidade, incipiente, fraca, quase submissa aos senhores da terra. Hoje, a cidade grandiosa, potente, impõe o seu imperialismo ao mundo rural, fraco, atrasado, deprimido.

O homem do campo é explorado pelo homem da cidade, comerciante, industrial, que mais e melhor usufrui da mais valia do trabalho e frutos da terra. Todavia, em um como no outro, a concentração da renda em mãos de poucos está a clamar pela distribuição da renda entre os coparticipantes da produção.

Na cidade, como no campo, há monstruosidade jurídicas, institucionais. A desumanidade do campo é o latifúndio. A monstruosidade da cidade é a enfiteuse ou aforamento e o desemprego. A enfiteuse, mediante contrato perpétuo, feudal, consolidou o privilégio dos afortunados a receber, enquanto a terra for terra e o mundo for mundo, taxas impostas e laudêmios sempre que o imóvel, valorizado por benfeitorias do seu

possuidor, seja transferido por venda ou doação em pagamento. Terá direito o senhorio de receber do alienante o chamado laudêmio ou taxa, que será de dois e meio por cento sobre o atual preço da alienação.

Uma reforma urbana há que ser feita, a partir da abolição da enfiteuse, o que poderá ser efetivado na próxima Constituição da República, tendo em vista o interesse social das comunidades urbanas, a revisão do uso e ocupação do solo destinado à distribuição da casa própria. É preciso que a nova constituinte integre o princípio de lutar contra a especulação imobiliária.

A definição de uma política urbana seguirá uma diretriz paralela à da política agrária. Assim, a Reforma Agrária deverá ser intensificada nas terras circunvizinhas da cidade, dinamizando o setor hortigranjeiro para a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que se fortalecerá a política de preservação dos remanescentes verdes, promovendo-se uma agricultura de índole e permanência ecológica.

Fortaleza é uma cidade vítima da especulação imobiliária, a qual levantou altos espigões de apartamentos na periferia, estrangulando a ventilação ou arejamento interior, apanágio do bem-estar da convivência antiga. A falta de disciplina e execução de um plano controlado, o calor vai ficando insuportável, ao mesmo tempo em que vai se tornando proibitivo o preço da habitação.

Multidões empobrecidas aglutinam-se em favelas ou tugúrios, num contrastante aviso do desespero para as invasões. O tardamento das medidas reformistas, que estão sendo aconselhadas, a exemplo de uma reforma agrária em conexão com a reforma urbana, deveria transmudar-se tomando o caminho das inovações. Lembraremos que se o retardamento das medidas vem atraindo as invasões no meio rural, não tardará o dia das invasões em massa ao meio urbano das mais quietas e luxuosas habitações.

2. *A verdadeira face da Reforma Agrária*

A decisão política de fazer a Reforma Agrária em nosso País foi tomada sem o envolvimento de providências preliminares necessárias ao empreendimento. Tudo se vem fazendo como se o Estatuto da Terra contivesse o mais absoluto condicionamento dos meios materiais e humanos imprescindíveis à concretização das propostas.

A conclusão que daí se infere é que a simples entrega de títulos e a imissão do camponês na posse da terra seriam o suficiente para ultimar tão complexo processo de realização. Ao invés de suprir o procedimento incipiente das elementares condições condizentes à estratégia, aguardam-se os conflitos para o provimento das decisões.

Em face do exposto e, considerando que uma verdadeira Reforma Agrária deverá começar por organizar os agricultores, a partir de uma harmonia de entendimentos dos que trabalham para libertá-los e defendê-los dos seus exploradores, considerando ainda que tal não se efetivaria sem capacitação e formação de pessoal nos diversos níveis, recomenda-se:

* a promoção pelos Ministérios da Educação, da Agricultura e do Interior de um amplo esclarecimento ao povo rural em tudo o que diz respeito à Reforma Agrária;

* realização junto às Universidades, notadamente setores de Agronomia, Economia, Direito e outros de natureza profissional, de cursos de Reforma Agrária, destinados à formação de pessoal, treinamento e capacitação, tendentes a um sempre atualizado currículo, adotando-se reclassificação de pessoal capacitado para os respectivos fins;

* o mesmo se empreenderá junto ao ensino de primeiro e segundo grau, exercitando-se o aprendizado em campos de conhecimento geral e profissionalizante, adotando-se reciclagem para o mesmo fim;

* prover o sistema de distribuição de terras de cooperativas de Reforma Agrária (CIRAs) com contribuição financeira e técnica do Poder Público para realizar a comercialização e industrialização. Nesta linha serão implantadas no meio rural fábricas de campo com a finalidade de beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação específica;

* considerando a existência de desigualdades conforme as estruturas dos diferentes setores das atividades humanas, é preciso ver que estas estão entre si vinculadas por mútuas relacões de dependências. Daí uma conclusão se impõe no sentido de que a implantação da reforma exige interferência de ordem política nos setores da indústria e do comércio, no plano da comercialização e das transformações dos produtos, objetivando a distribuição da renda entre os co-participantes

da produção. Conseqüentemente, impõe-se a nova instrumentalidade do cooperativismo e das fábricas de campo adentrados no sistema, que terão como associados os produtores rurais, evitando a exploração dos intermediários;

* que sejam constantemente promovidos estudos de comercialização ao nível do produtor rural, de modo a verificar por toda parte o grau em que o mesmo é explorado, efetivando uma política de preços compatíveis com as necessidades do desenvolvimento humano da vida rural;

* que, em função dos estudos que se fizerem, seja dado promover, paulatina e concomitantemente revisões do Estatuto da Terra sob os mais variados aspectos, no sentido de integrar as conclusões de ordem tecnológicas, científicas e sociais que melhor se coadunem com os problemas humanos;

* que se ofereçam modelos de pesquisa em busca de uma tecnologia integrada ao meio, tendente à recuperação dos recursos naturais, em que serão participantes harmônicos o solo, o homem, a planta e o animal, vinculando-se ao sistema da reforma agrária a determinação de áreas nas diferentes regiões fisiográficas para implantação de pesquisas de acompanhamento;

* que se promovam estudos e pesquisas sobre as estruturas creditícias convenientes à reforma e consoantes com a realidade regional, notadamente do semi-árido, frente às mutações climáticas;

* torna-se oportuna a reforma administrativa tendente a tornar viável as articulações dos serviços públicos com o andamento da reforma, notadamente o Ministério da Agricultura, o qual resta ser reativado. O mesmo ocorre em relação aos serviços estaduais de agricultura.

3. *Socialismo no campo & Capitalismo na cidade*

À falta de uma atenta consideração a providências preliminares à implantação da Reforma Agrária, os desentendimentos se sucedem, agravando os conflitos, tendentes a um clima de violências, que exigem reparos e mais profundas reflexões.

A Reforma Agrária virá. E se não houver decisão pelos meios pacíficos, o processo ocorrerá por meios de violência.

Esta gerou-se e se agrava muito mais com incessantes invasões que, aos índios, se estendem aos trabalhadores civilizados que, até ontem, trabalhavam tranquilamente sob regime patriarcal, como compadres dos seus patrões.

As tentativas de levar ao meio rural a empresa capitalista com o trabalho apenas assalariado, sem outros recursos assistenciais, geraram então uma consciência de injustiçados, que se propõem a reivindicar as terras concentradas em mãos de poucos. E o trabalhador passou-se para o outro lado, tornando-se adversário dos seus patrões. Os empresários mais fortes, dispensando os moradores, continuam a explorar as massas flutuantes de "bóias frias".

O Governo tomou a decisão política de implantar a Reforma Agrária no setor primário, da agricultura, permanecendo o critério de não intervir na indústria e no comércio, que mais usufruem do trabalho e frutos da terra. Aguarda então os conflitos de invasão para desapropriar as terras. Ondas de desafortunados passarão a alimentar as massas invasoras ante as quais o executivo cede. É a marcha para a socialização da agricultura...

Ocorrerá a socialização do campo deixando progredir o capitalismo na cidade? Uma economia dualista de tal gênero, posta nas indecisões, traria a incerteza, contribuindo para agravar o desequilíbrio enfermiço das instituições governamentais. Não aceitaremos as amarras do retrocesso. Cumpre agora abrir o leito por onde passará o rio da socialização.

E não é somente abrir o leito para a Reforma Agrária. Lembraremos que a simples distribuição de terras, desacompanhada da assistência técnica e creditícia, sem as cooperativas integrais de Reforma Agrária (CIRAs), sem a preparação de técnicos e aconselhamento dos trabalhadores ocupantes, sem aquelas medidas paralelas e concomitantes, como está sendo observado, deixaria as coisas como estão para ver como ficam. Por outro lado, a adoção daquelas outras providências de nível técnico implica em grandes investimentos na fase de endividamento e prevalência financeira em que vivemos.

Nunca é demais lembrar a advertência de L. J. LEBRET: "A Reforma Agrária deve se fazer de maneira muito coordenada, estudando de início (no que tange ao Nordeste, especialmente o Ceará) as terras que são utilizáveis. É preciso não trabalhar terras que são demasiado difíceis, sobretudo quando existem as de melhores qualidades. É preciso trabalhar a terra boa, e isto exige estudo prévio. É necessário enquadramento considerável de técnicas para que a produção cresça, e isso exige organização e assistência técnica muito amplas, formas

de cooperação que façam com que o nível total da exploração seja muito bem enquadrado."

No Ceará, além de outros, dois casos servem de advertência para a correção do sistema: o da Fazenda Japuara, em Canindé, onde um conflito entre posseiros e proprietários levou a Fazenda à desapropriação. As terras foram desapropriadas e distribuídas entre os posseiros que, à falta de assistência foram depois abandonadas pelos mesmos, entregues à própria sorte.

O segundo caso à vista é o Tabuleiro do Oriá, nos sertões entre Quixeramobim e Solonópole, onde pouco mais de 10.000 hectares foram loteados pelo INCRA, após desapropriação, em parcelas de pouco menos de 200 hectares, entregues a parceleiros que não as cultivaram, mas arrendaram para pastejo. Superlotados os pastos foram depredados em sua composição de ricas gramíneas e leguminosas, destruídas pelo excessivo pisoteio dos animais.

São estes alguns aspectos negativos da distribuição de terras sem a complementação de meios para a exploração racional.

4. *Desentendimentos e limitações da Reforma Agrária*

Frustrações no campo da Reforma Agrária vão surgindo enquanto emergem desentendimentos e se agravam os conflitos. Exemplo disso ocorreu recentemente com o afastamento do eminente Presidente do INCRA, JOSÉ GOMES DA SILVA, autor do livro *A Reforma Agrária no Brasil.*

O emérito escritor, reconhecido como a mais alta autoridade em nosso País sobre a problemática da reforma, cuja doutrina vinha sustentando com brilho e profundidade, notadamente no meio universitário, parece haver-se desentendido frente à redução de suas propostas ao PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA — PNRA, aprovado pelo Decreto presidencial n.º 91.766, de 10 de outubro de 1985.

Escolhido Presidente do INCRA, como indigitado a executar a reforma de estrutura da vida rural na plenitude da "nova República", o seu afastamento após a crise silenciosa, durante 21 anos do surgimento do Estatuto da Terra, não deixa de ser uma assaltante frustração, na enseada dos novos tempos.

Ao surgir, crivado de limitações e evasivas, o reduzido plano governamental, contido num livreto de 63 páginas, menos do que uma síntese de caráter subjetivo, se nos parece um

parto de montanha... A proposta anterior do PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) fizera incluir entre ESTRATÉGIAS DE AÇÃO, o item sobre DINÂMICA DE ARTICULAÇÃO DAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO. Afirmava-se naquele item que uma Reforma Agrária, que se pretende fazer vinte e um anos após a promulgação do Estatuto da Terra e com base nele, "terá que ser suficientemente vigorosa e massiva, para corrigir as distorções históricas agravadas pelas políticas dos últimos governos, que levaram a concentração da terra no Brasil a níveis extremos".

Acrescentava a proposta que para a execução com tais características seria preciso enfrentar uma estrutura agrária secular com flexibilidade e agilidade para dar respostas rápidas aos conflitos que se multiplicam e se somam à expulsão em massa dos trabalhadores do campo.

Observe-se que a formulação de uma nova política de desenvolvimento em consonância com a Reforma Agrária entra em choque com a rotineira burocracia imperante, impedindo a renovação institucional adequada aos novos critérios de ação. Convém lembrar o mais recente obstáculo, qual seja o enfeudamento da política vertente no processo de distribuição de cargos ou posições. Há um retrocesso no procedimento atual dos partidos políticos, que reativam as anacrônicas oligarquias, que, fortalecidas, entram por baixo do pano da nova República, processo que deve ser estirpado.

O recente PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, não se dando a uma análise crítica dessa situação, deixou à margem as contravenções ocorrentes. Preferiu o conteúdo genérico em relação ao Estatuto da Terra, parecendo omissa ou obscura para uma efetiva e necessária concreção. Assim, ao invés de avançar apanhando os estudos a caminho de execução, campeou na morosidade, voltando aos primeiros passos da programação. A matéria dispersa da fase anterior, lançada há 16 anos, parece mais adiantada, pois cuidou-se de operar a nível de implantações, como se vê no ANTEPROJETO DO PLANO DE REFORMA AGRÁRIA DA ÁREA PRIORITÁRIA DE EMERGÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ, publicado em 1968, num conteúdo de 241 páginas, estudo apresentado pelo então Presidente do IBRA, César Reis Catanhede.

A Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará foi criada pelo Decreto n.º 60.465, de 13 de marco de 1967, através do qual foram delineados e fixados os obietivos básicos, segundo o âmbito regional, em funcão das diretrizes gerais tracadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. O então Presidente do IBRA esclarece que o aproveitamento do solo do

Ceará para fins agrícolas depende da realização de onerosas obras de infra-estrutura, especialmente da construção de açudes e dos respectivos canais de irrigação, tendentes a neutralizar as condições fisiográficas adversas e criados os fatores de permeabilidade e de fertilização indispensáveis à exploração agrícola, à racionalização da produção e à sua rentabilidade econômica...

O mesmo acontece relativamente aos demais Estados do Polígono das Secas. Estes motivos parecem ter inviabilizado o programa e os projetos, de tal modo a que, somente agora volta a "nova República" a retomar o fio da meada. Mas, desta vez, num Plano pontilhado de limitações e severamente reduzido. Tudo indica que o pé é grande, mas a bota é pequena. Em conseqüência, muitos conflitos ainda virão.

5. *Indicações preliminares à implantação da Reforma Agrária no Ceará*

Em 1968, o Governador Plácido Aderaldo Castelo, atendendo a uma solicitação do Ministro Ivo Arzua, da Agricultura, no sentido de que fossem oferecidas pelo Estado do Ceará sugestões para a implantação da Reforma Agrária, fez constituir um grupo de trabalho que estudou e debateu indicações de natureza regional.

Conforme determinação de 1.º de outubro de 1968, aludido grupo foi assim constituído: Presidente, General Humberto Ellery e mais os seguintes técnicos — Mauro Barbosa Botelho, Secretário de Agricultura; Professores José Guimarães Duque e Francisco Alves de Andrade; Engenheiros-Agrônomos: José Valdir Pessoa, Airton Bezerra de Menezes, Aristóbulo de Castro Filgueiras, Falconete Cavalcante Fialho e Guilherme Gouveia. Foram relatores do documento por eles preparado: Francisco Alves de Andrade e Falconete Cavalcante Fialho, de saudosa memória.

O documento aprovado deteve-se na análise dos principais obstáculos de ordem administrativa e financeira, esboçou os antecedentes regionais básicos que caracterizam a área de emergência, oferecendo os principais aspectos do Plano de Reforma Agrária atinente ao Ceará com indicações específicas.

Tratando-se de um roteiro objetivo, de natureza estrutural, nos é dado considerar que essa apreciável contribuição não poderá ser esquecida, porquanto mostra-se ela atualizada, constituindo um subsídio ao PNRA. Isto posto, há que relatar

alguns tópicos principais do documento publicado pelo Governo do Estado do Ceará em 1968...

Entre os principais obstáculos figura a inexistência de uma estrutura administrativa adequada aos processos de desenvolvimento econômico e social. Na realidade, a administração pública, federal, estadual, municipal, não parece haver tomado conhecimento do Estatuto da Terra e dos propósitos governamentais. Cada órgão ou repartição, assevera o documento, continua mergulhado no tradicional cubículo de sua competência, ou âmbito exclusivo de serviços, sem ter sido ainda motivado para uma articulação.

O Decreto n.º 60.465, de 14 de março de 1967, já autorizava o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a articular-se com os Governos dos Estados, com a SUDENE, como Departamento de Obras e Saneamento e órgãos do Ministério da Agricultura, com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mediante a elaboração de convênios, como suporte de tarefas de que trata a Reforma Agrária.

É preciso criar uma mentalidade solidarista em substituição à índole individualista de competência exclusiva em que se afogam e se tornam estanques os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Tem-se tratado muito de objeto, faltando reformar o sujeito, a saber, os agentes do empreendimento, sem o que será impossível a promoção agrária em qualquer nível de execução.

A proposta para a elaboração do PNRA incluía um item sobre a *Dinâmica e articulação das medidas de intervenção.* O atual PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, reformulado pelo Decreto n.º 91.766 de 10 de outubro de 1985, limitou-se a doutrinar genericamente sobre a *Articulação da Ação Governamental.*

* * *

Entre as indicações formuladas para a implantação da Reforma Agrária, o Ceará indicou como prioritário o setor das bacias de irrigação dos grandes açudes públicos, a exemplo do Vale do Curu, Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, bem assim o aproveitamento das terras nas serras frescas.

Recomendou-se a restauração agrária mediante a organizacão das comunidades em Acionariatos de economia mista e Cooperativas Integrais de Reforma Agrária. Entende-se como Acionariato Agrário Cooperativo, a Sociedade de Economia Mista que, constituída de capitais, divididos em ações do mesmo valor nominal, limitada a responsabilidade dos sócios ao

valor das ações, funcionará articulada a uma Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA) com a finalidade de comercializar e industrializar a produção dos sócios distribuídos do seguinte modo:

I — GOVERNO (União, Estado, Municípios), compreendendo, além dos recursos financeiros para este fim destinados, os investimentos que realizarem, avaliados os meios como ações do Governo;

II — EMPRESARIADO — proprietários de terras ou empresas particulares, avaliados os imóveis e investimentos respectivos como ações dos particulares;

III — TRABALHADORES (operários, parceiros, técnicos e outros servidores aos quais serão vendidos lotes, a longo prazo). É então aproveitado o Projeto do Deputado Paes de Andrade n.º 1687/1968 à Câmara Federal cuja íntegra comentaremos a seguir.

6. *As bacias de irrigação e a Reforma Agrária no Nordeste*

Os grandes investimentos realizados no Nordeste, notadamente no Ceará, com açudagem pública, estradas e energia, não podem ficar ociosos. Muito menos deverá subsistir a estrutura agrária anacrônica, que opera como obstáculo à implantação de normas técnicas e sociais adequadas ao desenvolvimento do setor rural, favorecido pelos investimentos governamentais.

Por sua vez, o agricultor que habita o interior e explora sua base física melhorada não pode agir isoladamente, sem um forte esteio que firme a solidariedade, capaz de favorecer o trabalho e evitar a exploração de intermediários que realmente se beneficiam mais que os autênticos produtores.

Já se fez lembrar que, em 1968, um grupo de trabalho no tempo do Governador Plácido Castelo ofereceu emendas e sugestões ao IBRA no sentido de implantar nas bacias dos grandes açudes públicos construídos pelo DNOCS um modelo próprio de organização comunitária, consubstanciado em Projeto Legislativo Federal n.º 1687/68 do deputado Antônio Paes de Andrade, modelo que promove a reestruturação agrária do Nordeste, mediante a organizacão dos estabelecimentos e comunidades rurais em acionariatos de economia mista e cooperativas integrais de reforma agrária.

O Acionariato Agrário Cooperativo poderá se integrar no atual PNRA como modelo de unidade associativa, oferecendo as seguintes vantagens:

— Não se faz necessário proceder, como condição geral, à desapropriação das terras, que serão transformadas em ações do proprietário, procurando antes integrá-lo no sistema, a não ser que se trate de latifúndio ou recuse a participação;

— Torna-se imprescindível, todavia, intervir para reprimir qualquer forma de abuso do poder econômico, exercendo o Governo funções de poder moderador;

— Adotada a medida de desapropriação como providência excepcional, será mais econômico e viável a implantação do sistema, notadamente nas bacias de irrigação, transformadas em empresas mistas de agro-indústria;

— O Acionariato não só constitui uma forma de domínio da propriedade, mas ainda um modo de se organizar a vida econômica;

— O sistema transfere a decisão ou direção do proprietário das terras para uma diretoria, servida de técnicos e especialistas, ou agentes capazes de promover a administração da empresa, conservando-lhe os recursos naturais e dando-lhe maior produtividade;

— No caso das bacias de irrigação dos grandes açudes públicos, administrado o Acionariato Agrário Cooperativo segundo a regência de um PLANO DIRETOR, sendo assim garantida a integridade do sistema.

Com a aquiescência e adesão dos proprietários e dos trabalhadores, Governo e empresariado, poderia o novo modelo funcionar como um grande Projeto-Piloto, abrigando trabalhadores, aceitos estes de início, para treinamento e depois de comprovado desempenho, para sócios acionistas de parcelas que lhes seriam distribuídas.

— Para a implantação deste sistema de economia solidária as unidades de operação integrantes do acionariato constarão dos seguintes elementos:

I — O GRANDE AÇUDE PÚBLICO destinado à pesca e irrigação;

II — LOTES FAMILIARES (com áreas irrigadas e terras secas adjacentes);

III — *A Fábrica de Campo*, servida pela energia gerada no açude, agregada ao sistema cooperativista de agroindústria;

IV — A Cooperativa Integral de Reforma Agrária e respectivas agências;

V — A ESCOLA POPULAR, compreendendo o ensino e educação de níveis primário e médio profissional;

VI — NÚCLEOS RESIDENCIAIS — Agrovilas e habitações isoladas.

Com a denominação de Escola Popular pretende-se institucionalizar todo um sistema de educação popular rural seguido de treinamento de trabalho.

Entre os meios estimulantes financeiros poderão figurar: fundos especiais; investimentos públicos e privados; crédito motivado para a reforma; tributação geral e especial; terras distribuídas e outros recursos conforme o Estatuto da Terra.

7. *Uma Fundação de apoio universitário no meio rural*

Ao publicar o nosso último livro — ENSINO E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO NORDESTE (CEARÁ), estudo comemorativo do 60.° ano da Fundação da Escola de Agronomia do Ceará, ensaio contendo nada menos de 555 páginas, lembramos a necessidade de ser criada uma FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO.

Pedia-se organização desta natureza para cada Região brasileira, tendo empreendimentos de extensão, ensino e pesquisa, com o objetivo geral de treinamento agrário, tendente a induzir mudanças de atitude em face dos problemas da comunidade rural.

Uma reflexão sobre o panorama da pesquisa de campo no Nordeste evidencia a dispersão de atividades e mostra a carência de um modelo que associe estreitamente educação e trabalho, o que permitiria ampliar as bases funcionais da aprendizagem, notadamente as que se relacionam com a vida rural, em um verdadeiro sistema que reúna a pesquisa a extensão e o ensino no sentido de dar resposta aos problemas da comunidade agrária e urbana no interior nordestino.

Pretende-se, assim, que a Universidade se antecipe no treinamento para a Reforma Agrária, participando dos trabalhos realizados em seu próprio campo executivo, a partir da Fazenda Experimental existente no Vale do Curu. Ora, a Fazenda Experimental da Universidade Federal do Ceará, com os seus 800 hectares de terras em parte irrigadas, seus campos, instalações, rebanhos, passaria ao patrimônio de uma Fundação de Apoio Universitário, podendo o DNOCS ceder mais terras, para acrescer as bases de operação do sistema a que se integraria com os seus técnicos. Ainda, em convênio com a Universidade, seria ali implantada uma Estação Experimental de Irrigação e Piscicultura.

Trata-se de promover um esforço participativo e romper com a burocracia tradicional. A matéria organizacional vem exposta no Capítulo XI e final do supracitado livro, ilustrado com fluxogramas e organogramas, objetivando realizar:

— um sistema operacional unificado em meio rural — *Campo Educativo*;

— um modelo que associe estreitamente *Educação e Trabalho*;

— *Educação Permanente*, como instrumento de mudança e mobilização da vida rural;

— PROCESSO liberado das limitações burocráticas que emparedaram as Universidades em salões de aula, centralizando a administração e dispersando energias;

— O CAMINHO: restaria à SUDENE a oportunidade de encampar no Nordeste cada Universidade em CAMPO EDUCATIVO, abrindo a iniciativa com um Projeto-Piloto Universitário tendente à articulação dos serviços de desenvolvimento rural integrado, concentrando meios financeiros para o mesmo fim, com a abrangência de treinamento e reciclagem de pessoal técnico;

— O PONTO DE PARTIDA seria, no Ceará, a FAZENDA EXPERIMENTAL com o respectivo sistema de irrigação, abrangendo campos, instalações, rebanhos, que passariam ao patrimônio da FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO, à qual seriam vinculadas outras áreas, máquinas, postos à sua disposição, outros recursos humanos do DNOCS para integrar, no sistema, uma Estação Experimental de Irrigação e Piscicultura;

— A INSTITUCIONALIZAÇÃO mediante Projeto Legislativo em que se estabeleceria um modelo flexível, mediante convênios entre os diferentes órgãos governamentais, conjugando obrigatoriamente os serviços com as universidades operantes para o desenvolvimento da vida rural sob aspectos científicos, técnológicos e sociais;

— PLANO DIRETOR integrativo do ensino, extensão e pesquisa, treinamento e reciclagem profissional em sistema aberto, em uma compreensão da problemática nacional e regional.

— A indicação integra-se perfeitamente no conteúdo das proposições da UNESCO, como se poderá ler no livro de EDGAR FAURE sob a epígrafe "Aprender a Ser", que expressa o interesse sobre a educação permanente e participativa. A transposição se aplica ao desafio da problemática nordestina no que diz respeito à vida rural.

Agora que tanto se fala em reconstitucionalização do País, é bom que nela se instrua sobre os novos princípios e preceitos que induzam as aplicações humanistas aos novos fins.

BIBLIOGRAFIA

(Autores citados ou referidos)

1. VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro* — Livraria José Olímpio, 4.ª ed. — 1956.
2. BERNARDES, Nilo. "A Utilização da terra no Nordeste", in *Recursos e Necessidades do Nordeste.* Banco do Nordeste do Brasil S.A. — ETENE, Recife — 1964.
3. AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira* — Vol. II, 2.ª ed. C. Ed. Nacional — 1958.
4. BRAGA, Renato. "Introdução da Semente Pecuária no Brasil". In *Boletim da Sociedade Cearense de Agronomia.* 6:23-26 — junho de 1965.
5. CAVALCANTI, Paulino. In *O Gado Holandês.* Ed. O Campo.
6. MEDEIROS NETO, J. Bernardo. *Desafio à Pecuária Brasileira.* Ed. Sulina — Porto Alegre — 1970.
7. ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial.* Livraria Briguiet — 1954.
8. ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Drogas e Minas.* (Separata do Boletim Geográfico n.ºs 166 a 171). Edição da Divisão Cultural. IBGE — 1963.

9. VIANA, Urbino. *Sobre Gado Curraleiro.*
10. SODRÉ, Nelson Werneck. Cit. ap. *História Geral da Civilização Brasileira. I — A Época Colonial,* sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. Difusão Européia do Livro, São Paulo — 1973.
11. ANDRADE, F. Alves de. "Problemática da Produção Vegetal no Brasil, Especialmente no Nordeste, *versus* Produção Animal" (um ensaio à luz do comunicado segundo informe ao Clube de Roma). (Conferência proferida no Curso de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos), em 4.11.74. Centro de Ciências Agrarias da UFC.
12. GOMES, Pimentel et alii. *Enciclopédia Barsa.* Verbete Pecuária. Vol. 10 — 1969. Enciclopédia Britannica Editores Ltda. Cia. Melhoramentos — São Paulo.
13. GOMES, Pimentel et alii, *op. cit.* e MEDEIROS NETO, *op. cit.*
14. BECKER, Bertha K. "Expansão do Mercado Urbano e Transformação da Economia Pastoril". *Revista Brasileira de Economia,* Ano XXVIII, 4. Outubro a dezembro de 1966, pp. 297-327, Rio de Janeiro — IBGE.
15. MARCADANTE, Paulo. *Consciência Conservadora no Brasil.* Editora Agir — Rio de Janeiro — 1975.
15a. PRADO JÚNIOR, Caio. I — "Contribuição Para a Análise da Questão Agrária no Brasil". In *A Agricultura Subdesenvolvida.* Editora Vozes Limitada. Petrópolis — Rio de Janeiro — 1969.
15b. FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina.* 3.ª Parte. O Quadro das Estruturas Tradicionais. Lia, Ed. S/A. — Rio de Janeiro-GB. — 1969.
16. GEORGE, Pierre et alii. *A Geografia Ativa.* Difusão Européia do Livro, 2.ª ed. — 1968.
17. DOMINGUES, Octávio. *A Pecuária Cearense e Seu Melhoramento.* Oficinas Gráficas Alba — Rio de Janeiro — 1941.
18. SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*
19. CASCUDO, Luís da Câmara. "Tradições Populares da Pecuária Nordestina". *Documentário da Vida Rural* N.º 9 — Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola — 1956.
20. CUNHA, Euclides. *Os Sertões* — 14.ª edição. Livraria Francisco Alves — 1938.
21. HOLANDA, Sérgio Buarque — *História Geral da Civilização Brasileira, I — A Época Colonial.* Difusão Européia do Livro, São Paulo — 1973.
22. CASCUDO, Luís da Câmara, *op. cit.*
23. RIOS, J. Arthur. "Síntese de um texto colhido de uma fita gravada por ocasião do 1.º Seminário do Nordeste semi-árido", a 7.3.74 na SUDENE, Recife. Notícia publicada em *O Povo,* de Fortaleza, ed. de 5.VIII.74.
24. VILLARES, J. B. et alii, in *Boletim de Indústria Animal de São Paulo.* Vol. 10, número único, 1948-1949 — Pastoreio intermitente de Stapledon na conservação do solo.

25. PESTEL, E. e MESAROVIC, M. *Momento de Decisão* — "O Segundo Informe ao Clube de Roma". Tradução do original inglês, *Mankind at the tarning*, por L. C. do Nascimento Silva. Livraria Agir Editora — 1974.
26. GIRÃO, Raimundo — *História Econômica do Ceará, Pequena História do Ceará* e outras fontes do mesmo autor.